

REQUERIMENTO Nº /2022

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ –
ESTADO DE MINAS GERAIS

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, vem à respeitável presença de Vossa Excelência requerer o recebimento, a dispensa de parecer e a inclusão na ordem do dia da próxima reunião da presente proposição que solicita ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Unaí, Senhor José Gomes Branquinho, junto à Secretaria Municipal competente, providências no sentido de remodelar o SAJ - Serviço de Assistência Judiciária no município de Unaí/MG.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Unaí, 2º de junho de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR CLEBER CANOA
Vice-líder CIDADANIA
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

A proposição visa solicitar ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Unaí, Senhor José Gomes Branquinho, junto à Secretaria Municipal competente, providência no sentido de remodelar o SAJ - Serviço de Assistência Judiciária no município de Unaí/MG, adequando ao decidido pelo STF.

Em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os municípios podem manter os serviços de assistência jurídica à população carente. A prestação desse serviço público para auxílio da população economicamente vulnerável, contribuirá para a distribuição da justiça e atuará como instrumento de paz social. Através da r. sentença da Suprema Corte, os municípios voltam a ter permissão para oferecerem a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes e o acesso à jurisdição nos termos do art. 5º, LXXIV da CF.

Na Comarca de Unaí não temos nenhum servidor da Defensoria Pública Estadual, e a falta de assistência jurídica gratuita aflige a população de baixa renda. Os Núcleos de Práticas Jurídicas das Faculdades de Unaí interromperam seus atendimentos durante a pandemia do Covid-19. Importante frisar que anteriormente os atendimentos prestados pelos NPIs eram basicamente afetos aos Juizados Especiais (Cível e Criminal), em processos de menor potencial ofensivo. Ressalto ainda o grande número de internos no Presídio Regional de Unaí e na PAOJ – Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, muitos desses internos também não contam com a assistência judiciária.

Nestes termos solicito aos nobres pares, que sejam favoráveis ao requerido.

Unaí, 1º de junho de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR CLEBER CANOA
Vice-líder CIDADANIA
2º Secretário

ConJur - Municí...
conjur.com.br

As Defensorias Públicas não têm o monopólio da assistência jurídica a hipossuficientes. Portanto, municípios podem criar serviços de atendimento judiciário a pessoas carentes, de forma a ampliar o acesso à justiça.

Fellipe Sampaio/SCO/STI



Ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, disse que o poder público deve garantir assistência jurídica aos mais pobres

Esse foi o entendimento do Plenário do Supremo Tribunal

MPPR
Ministério Público do Paraná

Intranet Webmail

Família, Cível e
Registros Públicos



CAOP Informa

17/11/2021

STF: Municípios podem instituir assistência jurídica para população de baixa renda.

Em 03 de novembro de 2021, o STF julgou improcedente a ADPF nº 279 e declarou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 753/1983 de Diadema (SP), que criou a assistência judiciária do Município, bem como da Lei Complementar Municipal nº 106/1999, que prevê normas sobre a estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

O plenário do STF validou leis municipais de Diadema/SP que criaram a Assistência Judiciária da cidade, com a finalidade de amparar a população carente do município na Justiça.

Para o colegiado, a norma não usurpa competência da União, mas cumpre o que a Constituição diz sobre assistência judiciária aos hipossuficientes.

link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/354205/stf-valida-lei-municipal-que-criou-assistencia-judiciaria>

ZS